

### **TEXTO DE APOIO – ENCONTRO 3**

#### **CARTOGRAFIA SOCIAL: APRESENTANDO O DEBATE**

A metodologia do mapeamento participativo possibilita que reivindicações da comunidade acerca do território e dos seus recursos possam ser elaboradas e interpretadas por um mesmo coletivo através das construções simbólicas geradas em função do processo de mapeamento. Conforme os estudos de Acselrad (2010) “a produção de mapas passou a integrar, assim, as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais” (ACSELRAD, 2010, p.5).

Um dos instrumentos utilizados na produção de mapas em comunidades de agricultores, indígenas, quilombolas e outros grupos denominados tradicionais, está relacionado às atividades da “agrimensura camponesa” onde a comunidade é chamada a reconhecer e se manifestar sobre o espaço em que vive. Nesse processo, as comunidades, de forma empírica e fundamentada na vivência cotidiana do território, elaboram mapas e desenhos representando o meio físico e social em que vivem (MILAGRES et al., 2010a).

Nos anos 70 do século XX, essas práticas de mapeamento foram incorporadas às técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) onde, a partir de caminhadas e reuniões dos extensionistas e técnicos com as comunidades, eram produzidos mapas rudimentares feitos a mão, em folhas de papel ou mesmo no chão (Milagres et.al., 2010). A utilização dessas técnicas participativas possibilitaria a busca por alternativas que pudessem promover o desenvolvimento das comunidades e ainda uma maior aproximação entre técnicos e população rural.

Deste modo, o DRP consolidou-se como uma importante ferramenta participativa junto às comunidades rurais a favor do desenvolvimento. No entanto, de todos os métodos visuais que foram adotados e tiveram sucesso, McCall (2006) acrescenta que o mapeamento participativo – com suas muitas variantes e aplicações – foi o mais difundido no trabalho com comunidades, não apenas no manejo de recursos naturais, mas também em muitos outros domínios.

Percebe-se, portanto que por muito tempo o mapeamento participativo proposto pelo DRP apresenta-se com uma técnica importante para a comunidade no que se refere aos dados obtidos por meio desta ferramenta. No entanto, com o surgimento dos sistemas de informação e a possibilidade de obter dados georreferenciados, novas variantes de mapas participativos têm sido criados.

Segundo Andrade (2008) existe um conjunto de métodos de intervenção que tem enfatizado o mapeamento participativo como um instrumento para a compreensão sobre como as comunidades utilizam o espaço, e para o empoderamento de comunidades para resolver conflitos de gerenciamento territorial. Essa forma de produzir mapas tem encorajado os habitantes a desenhar e modelar seu território e recursos, decidindo o que incluir, o que apagar e como modificar detalhes.

Os mapas podem ser usados como técnica potencializadora de processos de discussão junto às comunidades, caso sua construção esteja associada a métodos participativos. Também podem servir como instrumento isolado, na formação de uma rede de conceitos, visando observar o nível de entendimento de um grupo em relação a determinado tema. (GOLDSTEIN E BARCELLOS, 2008). Entretanto, segundo Argento citado por Goldstein e Barcellos (2008) o principal problema encontrado atualmente é a dificuldade de obtenção de dados coletados num formato georreferenciado para que se possam ser transformados em informações espacializadas de interesse comunitário.

De acordo com Joliveau (2008) intervir na elaboração de um mapa significaria “certificar” fatos e tomar decisões referentes ao planejamento do território e ainda, a realização no papel e na tela de uma realidade abstrata que é o território comum, construído na base da negociação. As representações do território aliadas ao imaginário cartográfico passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo (ACSELRAD E COLI, 2008). Construir mapas participativos é “construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão” (ACSELRAD e COLI, 2008).

Em se tratando da produção de mapas, Acselrad (2010) argumenta que a ampliação dos espaços e a

diversificação das formas da representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos sujeitos mapeadores, deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território (ACSELRAD, 2010, p.9).

Assim, com a tarefa de envolver as comunidades na produção de cartogramas georreferenciados sobre o local que habitam, novas ferramentas têm surgido de forma que contemplem as representações dos indivíduos e permitam melhor entendimento das múltiplas realidades existentes em uma mesma comunidade.

Andrade (1997) esclarece que a cartografia social consiste em utilizar a elaboração coletiva de mapas para poder compreender o que tem ocorrido e ocorre em um determinado território, como forma de fugir de si mesmo para começar a olhar para processos de mudanças. . “O uso de novas tecnologias informacionais tem, nos últimos anos, se disseminado em iniciativas de cartografia social e mapeamento participativo” (COLI, 2010, p.93).

Através da cartografia social, por exemplo, a elaboração de “mapas participativos” é capaz de considerar o conteúdo simbólico presente na identidade dos indivíduos, estabelecendo um campo de construção de metodologias e uso de tecnologias que aponta para uma abordagem cartográfica participativa, criando condições para que grupos sociais se auto-cartografem (ALMEIDA, 2009).

A cartografia social pode oferecer à comunidade uma melhor discussão a respeito do planejamento territorial, diferentemente da cartografia convencional que privilegia o caráter hierárquico e mais centralizador. A cartografia social como instrumento participativo é o próprio processo de elaborar mapa. Deste modo, o mapa produzido pela cartografia social pode ser usado pela comunidade como centro de reflexão sobre o território.

O quadro 1 mostra um comparativo entre a cartografia social e a cartografia convencional.

Quadro 1– Análise comparativa entre a Cartografia Social e a Cartografia Convencional

<b>Elemento de Comparação</b>	<b>Cartografia Social (cartesiana ou não)</b>	<b>Cartografia Convencional (cartesiana)</b>
<b>Território</b>	Representa as variáveis importantes para cada território desde um auto-reconhecimento da comunidade que participa	Representa o que desde a modernidade se define como prioritário para a definição de Estado-nação.
<b>Método</b>	Procedimentos qualitativos onde a comunidade é o ator principal. Entre eles estão a linguagem oral e a representação simbólica.	Utilização de instrumentos rígidos para recorrer determinada informação e metodologias estatísticas.
<b>Posição Política</b>	Existe uma clara intencionalidade e postura política.	Se assume uma aparente objetividade e imparcialidade dos dados obtidos.
<b>Poder</b>	Legitima um processo em que se reconhece os interesses da comunidade como motor dos processos sociais. Assim, se cobra consciência do poder de autodeterminação e transformação do território.	É levado em conta o interesse institucional ou empresarial.
<b>Representação do espaço</b>	Combinação do espaço percebido, concebido e vivido. Representações das relações (redes de fortalecimento, fluxos) que conformam um território.	Representação do espaço percebido (euclidiano) onde prevalece o georreferenciamento.
<b>Metodologia</b>	Métodos qualitativos e participativos onde aporta a comunidade e os agentes: na elaboração conjunta do mapa se perpetua o conhecimento coletivo; no entorno cultural, que esta mediado pelas necessidades da comunidade, e as potencialidades do território que se pretende representar.	Métodos quantitativos. Grupo de especialistas. Representam o interesse da instituição
<b>Tempo de execução</b>	O uso de metodologias qualitativas	Existem procedimentos que são

	leva a um trabalho mais dispendioso, mas com resultados menos excludentes.	standard que são facilmente sistematizados.
<b>Sistematização</b>	A sistematização é incipiente. É necessário implementar algum sistema de documentação da informação coletada.	Continua trabalhando na sofisticação de software e políticas de sistematização.
<b>Escala</b>	Definida pelo nível de participação. Geralmente escalas detalhadas.	Nível de agregação. Várias escalas e níveis de generalização.

Em todo caso, ainda que a cartografia convencional possibilite que dados acerca do território possam ser trabalhados em diferentes escalas por especialistas, há uma dificuldade por parte da comunidade de compreender como esses são originados. A definição de pontes de comunicação entre a cartografia social e a cartografia convencional requer, do conhecimento de suas diferenças e implicações, um exercício de poder sobre o território. Ainda que a cartografia social permita um auto-reconhecimento por parte da comunidade acerca do seu território, a cartografia convencional pode oferecer uma melhor sistematização para a medição e análise (LOBATÓN, 2009).

Vegezzi e Flores (2006) já afirmavam em seus estudos que o ordenamento do território tem de ser construído de maneira totalmente participativa, capacitando a população no uso de todos os instrumentos necessários para elaborá-lo e implementá-lo. Além disso, acrescentam que na maioria das experiências por eles analisadas, os técnicos e a comunidade apresentavam seus respectivos mapas e visões, e ao final faziam sua integração.

Assim, a metodologia de cartografia social é uma alternativa que serve para criar um conhecimento global sobre o território por parte da comunidade e impulsioná-la para a transformação social (HERRERA, 2009), em que técnico e comunidade façam um único mapa já com suas visões sobre a realidade. Para Jardinet e Paizano (2004) elaborar uma cartografia participativa constitui em realizar uma reflexão comunitária entorno dos problemas territoriais e da gestão dos recursos naturais. Reflexão que deve ser entendida como via de mão dupla, já que não só extrai informação da comunidade na elaboração do mapa, mas também se busca uma retroalimentação entre o técnico e a comunidade.

Acselrad (2008; 2010) analisa experiências de mapeamento participativo e cartografia social com o envolvimento de populações locais em diversas partes do Brasil e mostra que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas que concorrem para territorializar as descrições espaciais. Quando instituições recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem servir tanto de produção e controle sobre o território, como podem servir para construir direitos territoriais e instabilizar a dominação.

Segundo Colchester citado por Acselrad (2008) há um risco de que o processo de mapeamento se afaste das prioridades dos grupos sociais que se quer beneficiar e acabe se transformando em mais uma forma de anexação administrativa praticada por ONG"s contra as quais devem lutar as populações locais. Por outro lado, ainda que existam riscos quanto à forma de utilização do mapeamento e das informações por ele capturadas, o mapa é um instrumento que pode integrar os aspectos da organização socioeconômica, dos recursos naturais, da política, e da articulação dos elementos culturais presentes no território.

Nessa perspectiva, a cartografia social deve ser considerada como uma técnica participativa capaz de promover a participação comunitária na elaboração do mapa e uma aliança entre o saber técnico e conhecimento local na coleta de informações durante o processo de intervenção.

**Milagres , Cleiton Silva Ferreira, 1986**

**O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária / Cleiton Silva Ferreira Milagres – Viçosa, MG, 2011.**